Analisando politicas de urbanização na imprensa rio-grandina

MARIA CLARA LYSAKOWSKI HALLAL*

Introdução

A história da cidade do Rio Grande é marcada por sua posição geográfica estratégica, pois através de seu porto o comércio do Sul do Brasil poderia se expandir. Outra face de sua trajetória é a galopante industrialização da cidade e sua constante expansão demográfica que lhe proporcionou a imagem de cidade operária. Em seu desenvolvimento, Rio Grande enfrentou muitos desajustes, um porto hostil à entrada de navios, crise na indústria local e principalmente grandes epidemias, de peste bubônica e outras doenças.

Somente no século XIX que o processo de recuperação da cidade obteve prósperos resultados propiciados pelo charque e pelo comércio de exportação e importação, levando Rio Grande a um considerável crescimento comercial, que resultaria no setor industrial.

Para a compreensão do desenvolvimento da cidade de Rio Grande é necessário entender que a industrialização sempre acompanhou sua gênese. Pode-se elencar que houve duas periodizações industriais que ocorreram na cidade.[1] Com isso: "A primeira compreende o período da industrialização dispersa na cidade, que tem início em 1874 e se estende a década de 1960. (...) por último (...) começa na década de 1970 e vai até os dias de hoje (...)". (MARTINS, 2006: 27)

Sendo assim, compreende-se que a primeira fase da industrialização que vai de 1874 até a década de 1960 é marcada pela fundação do complexo Rheingantz[2] até o fechamento de grande número de fábricas instaladas na cidade.[3]A segunda fase, é marcada por um impulso industrial na cidade, começando na década de 1970 e se estendendo até a atualidade. Sendo característica desse período intervenção estatal e iniciativa privada, constituída predominantemente de indústrias químicas. Observa-se

* Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora Pesquisadora 1 da disciplina Metodologia da Escrita do Trabalho Científico. Edital 15/SEaD FURG.

[1] Foi analisado o processo industrial de 1873 a 1990.

[2]A fábrica Rheingantz foi fundada em 1873.

[3]O fechamento de boa parte das fábricas da cidade de Rio Grande ocorre entre 1950 e 1960.

então que nos últimos anos da década de 1960, marcados pelo governo federal de Juscelino Kubitschek, a cidade de Rio Grande viveu uma crise em sua indústria, com a falência fabril. Enquanto em nível nacional, JK discursava que pretendia e já estava alargando o desenvolvimento industrial no Brasil, as indústrias rio-grandinas não receberam os investimentos necessários o que as levou a falência.

Devido a esses fatos e contradições presentes no governo JK, busco no presente trabalho entender como o avanço no que tange as questões urbanísticas, desenvolvimento e melhoria das cidades que implementadas como proposta de governo, durante o período de Juscelino Kubitschek, ao menos em seus discursos, chegou à cidade de Rio Grande. Essas possíveis presenças ou ausências de melhorias na cidade serão analisadas através da crítica presente no Jornal Rio Grande e através dos dados apresentados nos relatórios da Câmara dos Vereadores.

Governo JK:

JK foi eleito em três de outubro de 1955, tinha como vice João Goulart. JK era do partido PSD (máquina rural) e seu vice do PTB (cidades). Seu slogan era "50 anos em 5". A promessa de sua campanha eleitoral era que iria fazer inúmeras modificações e progressos equivalentes a cinquenta anos em apenas cinco, correspondentes ao seu mandado presidencial. Para efetivar seu plano, JK apresentava 31 metas, enfocando quatro pontos principais: energia, transporte, alimentação e indústria de base. Para o aprofundamento do assunto, o próprio presidente Kubitschek salientou:

> Ao candidatar-me à Presidência da República, elaborei o Plano de Metas. Não se tratava de um diagrama rígido, mas de um plano de ação flexível, o qual, após a criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico, no primeiro dia do meu governo, passou a ser revisto quase mensalmente, com a ampliação das cifras-alvos e a abertura de novas fronteiras, visando à preparação do Brasil para o grande "salto desenvolvimentista", que o desvincularia da estagnação dos quatrocentos anos do seu passado. O que pretendi com as 30 metas iniciais e mais a "Meta Síntese" – a construção de Brasília – foi dar um arranco no país (...) (KUBTISCHEK, 2009: 447).

O Plano de Metas, plano de governo que teoricamente regeu o País entre 1956 e 1961, tendeu fornecer bases desenvolvimentistas para o Brasil, como JK explanou na citação referida. Teoricamente, dentre os objetivos do plano estava a expansão das

metas de energia, alimentação, indústria de base e transporte para todo o Brasil, inclusive o interior, como a cidade do Rio grande.

Aspectos do governo JK são salientados por Thomas Skidmore:

> O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas(...) 0 Brasil apresentou um crescimento econômico e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina.(SKIDMORE, 1982:204)

O período JK, como salientou Skidmore nessa citação, foi marcado por um importante crescimento econômico, principalmente no que tange as indústrias. Porém, como resultado da política econômica, o governo permitiu e incentivou a entrada de capital estrangeiro no País. A respeito disso, Carla Anastasia salienta:

> Um dos resultados da política econômica do governo JK foi o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, com a integração do setor industrial do país à estrutura econômica mundial, por intermédio das empresas multinacionais. Ao facilitar o processo de entrada de capitais externos no país por meio, principalmente, da concessão de privilégios fiscais e econômicos às empresas estrangeiras, o governo permitiu que elas assumissem o controle de fases e de setores do desenvolvimento econômico brasileiro (ANASTASIA, 2002:27).

Anastasia salientou um aspecto importante e por vezes desprezado pela historiografia sobre o período. É notório o desenvolvimento industrial no Brasil, como já explicitado anteriormente, porém esse progresso advinha de capitais estrangeiros, portanto, esses tinham o poder de controlar e definir os rumos da economia brasileira. Na visão da autora, para JK realmente progredir os rumos industriais era necessário investimentos e as empresas nacionais não possuíam condições de importar bens em quantidade e qualidade com que os novos tempos desejavam.

O que ficava explícito em seu programa de governo, é que Kubitschek visava a modernização brasileira, para isso como salienta Carla Maria Junho Anastasia, um dos alvos do Plano de Metas:

> (...) era canalizar investimentos para o setor dos transportes, especialmente o rodoviário, e incentivar a indústria automobilística. A expansão da malha rodoviária e a produção de caminhões, tratores e automóveis deveriam ser os eixos do desenvolvimento nacional, permitindo, via integração territorial, a criação de novos mercados. (ANASTASIA, 2002:23)

Apesar da canalização de recursos no setor de transportes, conforme Carla Anastasia discorreu na citação acima, o desenvolvimento da malha ferroviária foi o ponto mais bem sucedido desta meta. A entrada da indústria automobilística no país acelerou ainda mais o processo da rede viária do país.

O símbolo dessa modernização que JK visava para o Brasil era a construção de uma nova capital federal - Brasília. Em 1956[4] o projeto foi lançado no Congresso e aprovado, com visível descrença. Entre 1956 e 1960 Brasília foi planejada, construída e entregue aos cidadãos brasileiros. Com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, JK afirmava que com isso, pretendia desenvolver o interior do país. As capitais normalmente são calcadas de pujança econômica, com isso Brasília, que até então era uma terra árida, poderia se desenvolver.

Thomas Skidmore avalia a satisfação de JK para com esse projeto:

> Kubitschek arrojou-se na construção com infatigável entusiasmo, confiando num arquiteto brasileiro, mundialmente famoso – Oscar Niemayer – e num urbanista brasileiro igualmente notável, Lúcio Costa. O trabalho se processou num clima de expectativa, mobilizando brasileiros de todas as classes, que viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil. (SKIDMORE, 1982:208).

Sendo assim, era notável que para o então Presidente, Brasília perpetuava todas suas metas sob um único símbolo, o da modernidade, pois essa cidade apresentava em termos arquitetônicos e urbanísticos o que havia de mais arrojado e inovador. Oscar Niemayer salienta a respeito do Plano Piloto realizado por Lúcio Costa que:

> Víamos com satisfação que o Plano Piloto de Lúcio Costa era justo e certo, que se adaptava bem ao terreno, às suas conformações, e que os espaços livres e volumes previstos eram belos e equilibrados. (NIEMAYER, 2006:31).

[4]A primeira constituição de 1891 já previa que uma nova capital republicana fosse criada no planalto de Goiás.

As formas e contornos da nova capital federal eram inovadoras, equilibradas, justas, uma forma de simbolizar o novo e a nova sociedade que supostamente estava sendo construída.

Dentro do conceito de modernidade que JK queria trazer para o Brasil está no que tange ao mundo urbano. Esse, nos anos de 1950 pela primeira vez na história do Brasil, o urbano, sobressai ao rural em termos de imaginário da sociedade brasileira. Obviamente que essa ideia de mundo moderno já existira antes[5], contudo, na segunda metade dos anos de 1950, o futuro parecia ter chegado.

Os anos JK foram marcados pelo novo e moderno, fato consolidado pelo desenvolvimento de estradas, hidroelétricas, a arquitetura moderna, a música. Tudo era novo: Novacap[6], cinema novo, bossa nova.

Na década de 1950, vemos um contraste grande entre as capitais do Brasil e o interior, no caso a cidade de Rio Grande. Enquanto o governo JK investia pesado no desenvolvimento da indústria nacional e principalmente em concessões e acordos com empresas estrangeiras, visto que somente a indústria brasileira não poderia fornecer todo os recursos necessários que o novo "moderno" exigia, na cidade de Rio Grande várias industrias locais fechavam suas portas. Sobre isso, discorreu Solismar Fraga Martins:

> No início da segunda metade do século XX ocorreu a desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande, com o término das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríferos, a fábrica de charutos e outras. Tais fatos desencadearam uma crise em âmbito local e diminuição na oferta de trabalho, o que, consequentemente, afetou todo o município. (MARTINS, 2006:178)

Sendo assim, o primeiro período, compreendido desde 1873 (aproximadamente) até 1960 foi marcado pelo espaço das indústrias no Rio Grande, e teve seu declínio devido ao foco do governo de JK que privilegiava indústrias de bens de consumo duráveis, eletrodomésticos, aço, carvão. Empresas existentes na cidade de Rio Grande como: frigoríferos, fábrica de charutos não receberam os investimentos necessários para sua manutenção.

[5]Dentro do século XX, pode-se citar a construção de Belo Horizonte e a reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro.

[6] Companhia Urbanizadora da Nova Capital, responsável pela construção de Brasília - local onde foram elaborados os projetos iniciais de Brasília.

Dessa forma, o foco de investimento do governo federal nas indústrias de bens de consumo prejudicou o parque industrial de Rio Grande que não se enquadrava nessa categoria. Esse panorama nacional levou muitas das fábricas rio-grandinas a falirem, levando a cidade a uma crise econômica profunda, apesar do seu constante crescimento demográfico. A cidade vinha crescendo exatamente por ser um polo industrial na região, o que atraía muitos trabalhadores a se fixarem no local.

Rio Grande tinha, na década de 1950[7] uma população de 77.915 habitantes. E população urbana era de 65.950. Na década de 1960, o município contava com 100.378 habitantes e dentro da população urbana constava 87.528. Para ordenar a vida e moradia desses mais de 22.000 novos habitantes da última década, deveria haver um planejamento urbano, especificadamente um plano diretor, onde regeria e regraria a urb rio-grandina.

O plano diretor tem a finalidade de planejar com antecedência uma previsão ordenada de novos espaços urbanos e suas ocupações. Porém, em Rio Grande, tal planejamento só ocorreu em 1961, com a criação do Conselho Municipal de Planejamento e Urbanismo e o Escritório de Planejamento. Entretanto, o primeiro Plano Diretor somente foi criado em 1971.

Segundo Sandra Pesavento, entre os políticos gaúchos havia uma consciência comum dos problemas econômicos do Estado e todos apresentavam formas diferenciadas de resolvê-los. Durante o longo período chamado de democracia populista o Rio Grande do Sul teve no poder uma alternância entre os partidos PSD e PTB, a chamada bipolarização política. Ao governo Jobin (PSD, 1947-51), seguiram-se os de Dornelles (PTB, 1951-55), Meneghetti (PSD, 1955-59), Brizola (PTB, 1959-63) e novamente Meneghetti (1963-64). Realizada a Revolução em 1964, ou Golpe, o último foi confirmado no governo Estadual e permaneceu no cargo até 1967 (p.129);

Em contrapartida, os partidos menores ainda existiam no Estado e atuavam na política dentro das coligações, foi o caso em 1955 da candidatura de Meneghetti, na qual o PSD se coligou com a UDN e o PL. Também na candidatura de Brizola em 1958, o PTB se uniu ao PRP (Partido de Representação Popular) e ao PSP (Partido Social Progressista).

[7]Dados retirados de Salvatori et. al. **Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v 51, n.1, p.27-71, 1989.

No entanto, ao mesmo tempo se armava a cisão dentro do Partido PTB devido a separação entre as alas de Pasqualini e Brizola. Diante do distanciamento de Leonel Brizola, devido a sua aproximação com as esquerdas e radicalização, os demais consideravam seu grupo como fora das perspectivas dos projetos de desenvolvimento capitalista para o Estado. Alguns dentro do próprio partido identificavam as ações de Brizola como anticapitalistas ou socialistas.

Dessa forma, o período da democracia populista foi marcado por oscilações, em níveis estaduais, dividido entre duas tendências: o "nacionalismo desenvolvimentista" ou o "capitalismo associado". Desde o governo de Juscelino Kubitscheck (1955-1960), devido a sua política de desenvolvimento acelerado (Programa de metas), que inaugurou a industrialização com a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, a política do nacional desenvolvimentismo já estava ameaçada e comprometida.

No plano econômico cada vez mais era impossível tornar a nação autossuficiente ou reformular as condições da dependência, enquanto que no plano político, o próprio aumento da massa operária e sua nascente politização, consequência da industrialização, suas agitações e greves, ameaçavam romper com o pacto populista.

Assim, o panorama político do Rio Grande do Sul nas décadas de 1950 e 1960 era marcado pela bipolaridade política, revezado entre PSD e PTB. Como governador estava o engenheiro Ildo Meneghetti[8], filiado ao partido PSD. E na cidade de Rio Grande, o prefeito era o Dr. Alvaro Ribeiro Pereira, filiado ao PTB.

A representação em nível local dos partidos colocados no governo federal poderia levar a conclusão de que Rio Grande receberia investimentos consideráveis, no entanto, não foi isso que ocorreu, como se apresentará na análise a seguir das críticas e apontamentos do JR.

O jornal Rio Grande e a crítica aos problemas nos abastecimentos de luz e água

As estruturas de obras e serviços públicos, como falta constante no abastecimento de água e luz estão presentes nas matérias e denúncias do JR. Pode-se observar, através desse jornal, como a prefeitura e o governo federal se posicionavam ou ausentavam a respeito dessas problemáticas.

[8] O engenheiro Ildo Meneghetti teve mandato governamental entre 1955 a 1959.

Houve no total 108 matérias ou denúncias relativas aos temas abordados nesse capítulo. Sendo que 90% estavam presentes na Coluna Corujando, sob a forma de denúncias. E os 10% restantes, divididas entre capa e contracapa.

O JR apresentava que, no ano de 1956, situações inóspitas como falta constante de água ocorria seguidamente. Na coluna Corujando, dedicada a opinião de leitores anônimos que criticavam, elogiavam aspectos da cidade, apresentou no primeiro semestre 8 reclamações. No segundo semestre, 13 reclamações. A denúncia datada de 24 de fevereiro de 1956 constata:

> A água voltou a jorrar quando se abre as torneiras. A ameaça dos últimos dias deveu-se a um acidente banal, segundo nos informaram. Foi susto, apenas, para os que passaram um rigoroso início de verão carregando latas de água não só na cabeça como em ambas as mãos (JR, Coluna Corujando.24 fevereiro 1956:2)

A notícia salienta que já há a existência de água na cidade, porém o fator importante é que o verão foi marcado por uma rigorosa ausência de águas nas torneiras. Fatos como a ausência de água salvo condições especiais, só ocorreu quando a cidade cresceu desordenadamente, sem planejamento técnico para suportar o aumento de habitantes.

Em 1956 foi aprovado um orçamento municipal que previa obras e melhoria no tratamento de esgoto e abastecimento de água, como demonstra o relatório da Câmara de Vereadores da cidade:

> Lei nº 1016
> De 19 de outubro de 1956.
> ALVÁRO RIBEIRO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rio Grande, usando da atribuição que me confere a Lei Orgânica, em seu artigo 62, inciso II (...)
> Artigo 1º - É aberto, no SERVIÇO RIO GRANDINO DE ÁGUA E ESGÔTOS, o crédito de Cr$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil cruzeiros) em suplementação as seguintes dotações orçamentárias (....)
> MATERIAL PERMANENTE: - Obras de captação de água e extensão da rêde de distribuição de água e coletores de esgôtos...Cr$ 300.000,00 (Relatório da Câmara Municipal de Rio Grande: 1956)

Foram disponibilizados Cr$ 842.000,00 para o serviço rio-grandino de água e esgoto, e dentro desse valor, Cr$ 300.000,00 foram destinados exclusivamente para as obras de captação e extensão da rede de distribuição de água e coletores de esgotos.

Então teoricamente conclui-se que como o a verba foi liberada em outubro de 1956, que as obras relativas a solução de falta de água seriam realizadas em 1957, porém o problema persiste nesse ano.

No primeiro semestre de 1957 têm-se no jornal 18 registros da ausência do abastecimento de água. No segundo semestre, o *Rio Grande,* através de cartas denunciativas, registrou 14 matérias sobre tal tema. Fato comprovado pela notícia:

> Dia a dia mais se agrava a falta d'agua em Rio Grande. Obras de vulto estão sendo feitas pelo serviço Rio Grandino de Água e Esgoto mas até agora a população ainda não experimentou as melhorias no que tange a distribuição da água.(JR, Coluna Corujando 12 de janeiro 1957:2)

Conforme a denúncia acima, em 1957 nota-se obras para sanar o déficit de água, porém essas pareciam ineficientes, pois segundo a matéria do jornal, as obras de nada adiantaram.

No primeiro semestre de 1956 as "denúncias" do jornal se concentraram basicamente na coluna Corujando, e essas eram escassas. No semestre seguinte, as denuncias se intensificaram e passaram a ocupar lugares de destaque como capa e contracapa. Entre julho a dezembro, o problema da falta de água foi apresentado 22 vezes no jornal. Contando que dentro desse número, temos a ocorrência de 8 distribuídos entre capa e contracapa do jornal.

No ano de 1957, foram notórias que no segundo semestre houve diminuição das matérias relativas ao tema. Isso pode ser explicado por dois motivos; o primeiro, porque pode ter havido melhorias no que tange a questões de calçamento ou o jornal pode ter privilegiado outras temáticas.

Devido a isso, pode-se entender que a relação com o poder público, variava e era complexa. Pois, os jornais são empresas mercadológicas, e sua posição e linha editorial podem variar conforme suas predileções a respeito dos governos. A imprensa fornece a possibilidade de construir o contexto que se deseja, nesse caso a relação entre o JR e o poder local se manifestava pelo número de matérias denunciativas, sendo essas, tensas.

A falta de luz constante, aparentemente, só existiu a partir de 1957, no ano anterior não tem relatos no jornal apontando o problema. Esse, em 1957, no primeiro semestre apareceu em 23 matérias no periódico. Sendo que essas foram sob forma de

denúncia em 14 momentos. Enquanto que no segundo semestre, teve 25 aparições, sendo 16 denúncias da Coluna Corujando. Eis matéria alusiva ao assunto de falta de luz:

> O racionamento de luz e fôrça permanece. Permanece para pior. Quando a caldeira nº4 da Usina, foi posta em reparos, fontes oficiais anunciaram que dentro de sessenta dias tudo estaria resolvido. A caldeira, referida voltaria a funcionar, outras seriam consertadas, e o racionamento seria amenizado. Cento e vinte dias já são passados. E a caldeira ainda não está pronta.(...).((JR, Coluna Corujando, Sábado 27 de Julho de 1957: 2)

Apesar da promessa de conserto da caldeira nº4 da usina elétrica em sessenta dias, após 120 dias a cidade do Rio Grande ainda vivia o racionamento de luz, como apontou a matéria explicitada acima.

Segundo o jornal, o racionamento de luz piorou do primeiro para o segundo semestre de 1957. Indo contra a principal meta que JK estabeleceu para ser efetivada em seu governo, energia. Igualmente contraditório é o fato de o presidente da República em seu discurso de final de ano, fez uma análise dos progressos econômicos do Brasil, a respeito disso Jordan Young discorreu:

> O presidente Kubitschek, em discurso transmitido pelo rádio a todo o país em 31 de dezembro, fez um resumo otimista dos progressos econômicos do Brasil em 1957. Entre outras coisas, comunicou que a energia elétrica tinha aumentado (para mais 550.000 Kilowatts) (YOUNG, 1975:53).

A bibliografia é bem explícita quando afirma que JK investiu nas áreas de abastecimento de luz no País. Porém, é necessário compreender para onde iria esse investimento. Pois, o JR afirma ao longo de suas denúncias que a cidade estava sofrendo com o déficit de luz. E segundo o jornal, como fator agravante do padecimento com questões básicas como luz e água que a cidade sofria, o governo do Estado aumentou impostos. O jornal noticiou aumento de impostos por parte do Estado do Rio Grande do Sul:

> As alegações de dificuldades financeiras por parte do tesouro não podem ser mais aceitas, já que o govêrno do Estado fez aumentar os impostos de sua esfera tributária, em margem bastante considerável. O governo do Estado deve voltar seus olhos para as necessidades locais (...) (JR, 10 agosto 1956: Contracapa).

O JR sob forma de denúncia apresentou nessa matéria que se o governo do Estado aumentou os impostos, consequentemente, esses deveriam ser repassados para verbas de melhoria/conservação e expansão da cidade.

Enquanto a cidade padecia de elementos básicos como água e luz, também se expandia. A respeito disso o JR noticiava a criação de novos loteamentos urbanos, como no caso da Vila São Jorge:

> O loteamento da Vila São Jorge iniciou a venda de terrenos, tendo alcançado um verdadeiro record em matéria de aceitação. (...) Através dos loteamentos têm surgido cidades e bairros em todos os recantos do Brasil. O loteamento, dando função a áreas extensas, tem proporcionado novos núcleos e permitido a fácil aquisição da terra(...)(JR,sábado 13 de julho 1957: Contracapa)

Segundo matéria publicada no jornal, o loteamento da Vila São Jorge teve a função de expandir a cidade de Rio Grande, visto que a população crescia consideravelmente. A população urbana de Rio Grande entre as décadas de 1950 e 1960 cresce em mais de 22.000 habitantes, para tanto esses novos loteamentos eram necessários para alocar os habitantes.

A respeito dessa expansão, é notório que o jornal demarca que estavam surgindo novas habitações e como referido no mapa acima, a prefeitura também salienta tal fato. Porém, apesar de estar sendo construídas novas habitações, o nível econômico de Rio Grande diminuiu consideravelmente visto que a falência das atividades fabris na cidade refreou o desenvolvimento desta. A respeito disso, Salvatori demonstra que: “Com a paralisação de diversas atividades fabris, no final do decênio, ocorre uma diminuição na velocidade do lançamento de novos loteamentos com finalidades residenciais” (SALVATORI, 1989:50).

O jornal afirma que novos loteamentos surgiam para dar conta do crescimento e desenvolvimento da população, porém, conforme Salvatori analisou o desenvolvimento na verdade estava retrocedendo, visto que a cidade estava em processo de paralisação econômica.

Então, segundo o jornal novos loteamentos estavam surgindo, a bibliografia contradiz isso, afirmando que o período era de recessão e a Prefeitura através da Lei

1013 de 19 de outubro de 1956[9] abriu crédito no valor de CR$ 600.000,00 na diretoria de Obras e Viação, como mostra a transcrição abaixo:

> ALVARO RIBEIRO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rio Grande, usando da atribuição que me confere a Lei Orgânica, em seu artigo 62, inciso II,
>
> FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º - É aberto o crédito suplementar de Cr$ 660.000,00, na Diretoria de Obras e Viação, para reforço a dotação orçamentária consignada, sob o código 5.01/8.87.2 - OBRAS MUNICIPAIS. (Relatório da Câmara Municipal de Rio Grande, 1956).

Como enfatiza o Relatório da Câmara Municipal de Rio Grande, a verba para as Obras - incluindo habitação, loteamentos, obras em vias públicas – existia, porém segundo o que o JR enfatizava ao longo dos dois anos estudados (1956/1957) a verba orçamentária não foi aplicada devidamente.

Os anos de 1956 e 1957 foram marcados por contradições na cidade de Rio Grande, pois segundo o JR a prefeitura apresentava descaso com questões elementares como o abastecimento de água, luz, calçamento e limpeza de vias públicas. Porém, segundo relatórios da Câmara Municipal da cidade, as verbas existiam, só possivelmente não eram aplicadas devidamente.

Para tentar entender o motivo pelo qual a cidade de Rio Grande não estava dentro do plano de urbanização que o presidente JK visava para o Brasil, é necessário entender as questões partidárias envolvidas. Ainda durante a eleição presidencial a bancada pessedista (PSD) do Rio Grande do Sul foi contra a indicação de JK para candidato na convenção do partido em fevereiro de 1955. Com isso criou-se uma dissidência no partido. Lisandre de Oliveira mencionou:

> Desse modo, a ala ortodoxa do PSD gaúcho dividiu-se,visto que um grupo, liderado por Peracchi Barcellos, manteve-se contrário à candidatura de Juscelino e, com a frustração da indicação de Carlos Luz, passou a articular no estado o lançamento de Etelvino Lins a presidente da República. Um segundo grupo, formado pela bancada federal do partido, com apoio de alguns membros que faziam parte do PSD, fundou no estado o movimento chamado de "juscelinismo". A disputa entre "juscelinistas" e dissidentes acentuou-se quando a maior parte do diretório municipal de Porto Alegre mostrou-se mais favorável ao movimento pró-Juscelino. (OLIVEIRA, 2008:238)

[9]Dados retirados da Ata da Câmara do ano de 1956

A dissidência dentro do PSD, partido de JK e do governador do Rio Grande do Sul, provocou a ruptura partidária, como Oliveira salientou. Tal ruptura dividiu o partido em dois grupos, os apoiadores de Kubitschek, os denominados "juscelinistas" e os contrários à candidatura. Venceram os "juscelinistas", porém os problemas referentes a partidos políticos se perpetuam durante o governo JK.

O PTB, partido do vice-presidente da República, era majoritário na cena política no estado do Rio Grande do Sul, causando problemas a JK, que lutava para seu partido, o PSD, ser majoritário. Ainda mencionando Lisandre Oliveira:

> Durante o governo Ildo Meneghetti, o PTB era majoritário na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional e na capital do estado. A mágoa do presidente da República foi convertida em boicotes ao Rio Grande do Sul. Desse modo, não coube ao estado nenhum dos benefícios do Programa de Metas e quando Ildo Meneghetti iniciou o seu programa de construção de estradas, com recursos gaúchos, o governo federal não concedeu a permissão para a importação do maquinário necessário. (OLIVEIRA, 2008:239)

Com isso, pode-se começar a entender o motivo pelo qual Rio Grande ter sido desprivilegiada do programa urbanístico de JK. São esses elementos, partidários, políticos que constituem as políticas das cidades, como salientou René Rémond:

> Está bem claro que, desde que o governo é um governo de opinião, o político apresenta aspectos bem diferentes daqueles dos tempos em que a decisão era atributo de um pequeno número. (...) na democracia, ela faz parte do espaço público. (RÉMOND, 1999:53)

A política faz parte do espaço público, como afirmou Rémond. A constituição das cidades faz parte do político, visto que esse faz parte do espaço público. Então, a política das cidades está inerente no cotidiano dos cidadãos, quando determinadas opções são realizadas, como aplicar a verba destinada a solução do problema da falta de água, está sendo optado por determinada política. A ausência implica presença e vice-versa.

Considerações Finais

Assim, constata-se que o governo de Juscelino Kubistchek foi constituído de contradições. Visto que seus discursos, evidenciado pela bibliografia analisada nesse

trabalho, são marcados por promessas de desenvolvimento urbano, principalmente nas questões elementares como energia.

Porém, o Jornal Rio Grande mostrou ao longo dos dois anos analisados, 1956 e 1957, problemas referentes a abastecimentos de água e luz. A temática falta de água teve 28 aparições no ano de 1956. No ano posterior, apareceu em 32 momentos. A outra temática que obteve grande frequência no jornal, foi a falta de luz. Sendo que em 1956, não teve espaço no jornal. Contudo, no ano posterior, apareceu em 48 momentos. O total das duas temáticas corresponde a 108 matérias. Sendo que dentre essas, 90% estava na coluna Corujando, sob a forma de denúncias e os 10% restantes entre a capa e contracapa.

Obviamente que é necessário compreender que toda a problemática urbanística envolvendo Rio Grande entre 1956 e 1957 não pode ser devido somente ao presidente Kubistchek, visto que a cidade também era responsável por essas questões. Houve orçamento aprovado para investimento em obras, contudo, ao que foi constatado, o investimento não foi realizado. Ou será que o Jornal Rio Grande não estava sendo demasiadamente exagerado em suas críticas?!

A pergunta acima é respondida quando se analisa o cenário político da época. O presidente do Brasil e o governador do RS eram do partido PSD. E o prefeito de Rio Grande e o vice-presidente da república eram do PTB. Sabe-se que houve dissidência dentro do PSD quando foi lançado a candidatura de JK, pois havia um grupo contrário a sua eleição. E no que tange ao PTB, esse era maioria na câmara do RS, fazendo que JK, já Presidente da República, tivesse problemas com tal fato, pois desejava que seu partido obtivesse a maioria nacional.

Tais fatores foram preponderantes para que o Plano de Metas do presidente não tivesse chegado ao estado e tampouco a cidade de Rio Grande. Fazendo com que essa, não fosse inserida no contexto de urbanização e modernização que regia o País.

Voltando a pergunta inicial do trabalho: “O desenvolvimento no que tange as questões urbanísticas que assolavam o Brasil, chegou a cidade de Rio Grande?”, depois das análises na fonte Jornal Rio Grande e consulta a bibliografia disponível sobre o período, pode-se compreender que o desenvolvimento não foi total no País, visto que o Jornal Rio Grande mostrou ao longo dos dois anos(1956/1957) que a cidade estava sofrendo com a falta de serviços e obras básicas que se referem a urbanização.

Obviamente sabe-se que ao utilizar o jornal como fonte é necessário entender que essa fonte é manipulável, conforme a conjuntura política do jornal. Porém, as questões partidárias envolvendo o presidente JK e o Rio Grande do Sul veem a confirmar que a modernidade não chegou a cidade do Rio Grande, não apenas por descaso das autoridades locais, mas, por divergências e interesses no campo da política nacional e regional.

Fonte:

Jornal Rio Grande – 1956-1957

Câmara de Vereadores da Cidade de Rio Grande

Relatório - 1956 – 31 de janeiro a 31 de dezembro

Relatório - 1957 – 01 de janeiro a 31 de dezembro

Referencias bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK. IN: MIRANDA, Wander Melo (org). **Anos JK:** margens da modernidade. São Paulo: Imprensa Oficial/Casa de Lúcio Costa, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Ezio. **Da Rua ao Teatro:** os prazeres de uma cidade – sociabilidades & cultura no Brasil Meridional. Rio Grande: Ed. da Furg, 2001.

CaderNAU : **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas** / FURG. - v.1 n.1(2007). - Rio Grande: Editora da FURG, 2007

KUBITSCHEK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LANA, Ricardo. Arquitetos do Jardim: Roberto Burle Marx e Henrique Lahmeyer de Mello Barreto. IN: Souza, Eneida Maria de. (org). **Modernidades Tardias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LUCA, Tania Regina de Luca & Ana Luiza Martins. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande:** industrialização e urbanidade (1873 – 1990). Rio Grande: Editora da Furg, 2006,

MIRANDA, Wander Melo (org.) **Anos JK**: margens da modernidade**.** São Paulo: Imprensa Oficial/Casa de Lúcio Costa, 2002

MONTEIRO, Charles. **A cidade em busca da modernidade: fotorreportagens sobre Porto Alegre na 'Revista do Globo' (1950-60)**. Anais do VII Encontro Estadual de História – ANPUH – História, Memória e Testemunho.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 1ª edição 1961. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul:** o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias. Tese de doutorado. PUC-RS, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. IN: FERRAZ, Célia de Sousa & PESAVENTO, Sandra Jatahy**. Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

_____, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002

REMOND, Réne (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RICCOEUR, Paul. História e tempo. In: **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003

SALVATORI et. al. **Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v 51, n.1, p.27-71, 1989

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teorial social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

YOUNG. Jordan M. **Brasil 1954/1964:** Fim de um Ciclo Civil**.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1973.